



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 123 /2.010-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17000074/2008 – 13323, **RESOLVE:**

Art. 1º - Outorgar a **JOSÉ CARLOS RAMPELOTTI**, CPF nº _____, RG nº _____, a **JAIRO CELSON RAMPELOTTI**, CPF nº _____, RG nº _____, a **JAIME CEZAR RAMPELOTTI**, CPF nº _____, RG nº _____, a **JOÃO CLÁUDIO RAMPELOTTI**, CPF nº _____, RG nº _____, por 12 (doze) anos o uso das águas do **Córrego Desbarrancado e Rio São Bento** (canalização), no trecho localizado na _____, no ponto de coordenadas **17°31'58,1" S e 47°20'25,8" O**, no município de **Catalão**, Estado de Goiás, para **acumulação de água em um tanque-piscina**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano** para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização hídrica realizada pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO WILSON NETTO TARTUCI, CREA-GO Nº 2096/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;
- V. O tanque possui um volume de **10.000 m³ (dez mil metros cúbicos)** e tem por finalidade a instalação de um equipamento de irrigação (P. 7264), que é abastecido através de uma derivação oriunda de um barramento construído (P. 13324), com volume total acumulado de **32.640 m³ (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta metros cúbicos)**, localizado a montante, e de uma canalização derivada do Rio São Bento (P. 14443). O volume acumulado no barramento submisso a contribuição da derivação do Rio São Bento são suficientes para atender a demanda solicitada e à manutenção da vazão mínima necessária a jusante.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

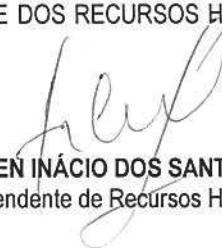
Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

CUMPRADO - SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia,
aos 23 dias do mês de fevereiro de 2.010.


ROBERTO GONÇALVES FREIRE
Secretário


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos